

BIOPOLÍTICA COMO TECNOLOGIA DE PODER

BIOPOLITICS AS TECHNOLOGY OF POWER

LA BIOPOLITICA COMO TECNOLOGIA DE PODER

Leon Farhi Neto¹

RESUMO

Os livros, artigos e entrevistas de Foucault que formulam a noção de biopolítica concentram-se entre 1974 e 1979. Essa limitação a uns poucos anos não impede que possamos demarcar cinco formulações, se não totalmente, pelo menos em parte, diferentes. Cada uma delas corresponde a um mecanismo de poder distinto: o poder medical, o dispositivo de raça, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança e a governamentalidade neoliberal. Neste artigo, buscamos explicitar as diferenças e as identidades entre essas cinco acepções de 'biopolítica'.

Palavras-chave: Governo; População; Vida; Foucault

ABSTRACT

Foucault's books, articles and interviews which formulate the bio politics notion are concentrated between 1974 and 1979. This limitation to only few years, though, does not prevent us from demarcating five formularizations, if not totally, at least partially, different. Each one of them corresponds to a distinct mechanism of power: the medical power, the mechanism of race, the mechanism of sexuality, the mechanism of security and the neoliberal govern mentality. In this article, we aim at explicating the differences and the identities among these five senses of bio 'politics'.

Key-words: Government; Population; Life; Foucault

RESUMEN

Los libros, artículos y entrevistas de Foucault que formulan la noción de biopolítica están concentrados entre 1974 y 1979. Pero, este corto periodo no nos impide de demarcar cinco formulaciones, en parte diferentes entre ellas. Cada una corresponde a un mecanismo de poder distinto: el poder medico, el dispositivo de raza, el dispositivo de sexualidad, el dispositivo de seguridad y la gobernabilidad neoliberal. En este artículo buscamos demostrar las diferencias y las identidades entre estas cinco formulaciones.

Palabras clave: Gobierno; Población; Vida; Foucault

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza no momento pesquisa sobre a espiritualidade política como alternativa à biopolítica, buscando relacionar Foucault e Spinoza. E-mail: leonfarhineto@gmail.com

Todo o mistério do mundo entrou
para a minha vida econômica.

Álvaro de Campos

Hoje, o termo 'biopolítica' é empregado por inúmeros autores, dos mais diversos matizes disciplinares, da medicina à filosofia política. A difusão do uso do termo 'biopolítica', como era de se esperar, terminou por diluir, quando não alterou completamente, o emprego original que Foucault fez do termo. O que não incomodaria Foucault, em absoluto. Ele mesmo considerava suas análises como ferramentas, justamente, para serem utilizadas na elaboração de algo novo. Então, não é por respeito póstumo que procuramos apreender a originalidade de Foucault. Nossa intenção é a de recuperar as múltiplas facetas da noção para, com esse movimento de retorno, incrementar o seu alcance².

Afinal, o que é a biopolítica em Foucault?³ Bom, essa resposta não é tão simples. Nos diversos momentos, em que Foucault se refere à biopolítica, entre 1974 e 1979, aparecem diversas formulações, que não são iguais entre si, mas também não são totalmente diferentes. No total, podemos demarcar cinco, cada uma delas remetendo a um confronto da política com algum outro domínio, aparentemente, exterior a ela. Assim, temos: política e saúde; política e guerra; política e sexualidade; política e segurança; finalmente, política e economia. Cada um dos cinco confrontos delimita uma formulação.

Mas, aí, surge um outro problema. É preciso não só responder à questão: 'o que é a biopolítica?', como também responder se as cinco formulações da biopolítica constituem coisas diferentes entre si, ou se elas são apenas abordagens distintas da mesma coisa. Certamente não são totalmente distintas entre si, então, qual é a semelhança entre elas?

Para acompanhar essas cinco formulações de perto, pareceu-nos melhor persegui-las conforme elas surgiram, em ordem cronológica, nos textos de Foucault. Essa abordagem é talvez a mais convencional. Pode ser que lhe falte aquela perspectiva do sobrevôo. Muito perto do chão, perdemos aquela visão geral, panorâmica. Por outro lado, seguir a ordem cronológica apresenta algumas vantagens. Permite-nos, por exemplo,

² Este artigo tem por base a pesquisa desenvolvida para minha dissertação de mestrado, *Biopolítica em Foucault*, sob a orientação do Prof. Selvino José Assmann, a quem agradeço pelo apoio.

³ Vale frisar, Foucault não foi o primeiro autor a utilizar o termo. Esposito [2004, pp. 6-14] assinala três correntes distintas, "sucessivas no tempo" e predecessoras de Foucault, nas quais o termo 'biopolítica' exerceu um papel central.

perceber a expansão da noção de biopolítica, de uma aplicação quase local – a medicina, a saúde da população –, para domínios cada vez mais abrangentes, como a segurança e a economia.

Primeiro confronto: a política na sua relação com a medicina.

A primeira formulação da biopolítica tem como ponto de partida a problematização da medicina. O cruzamento entre política e medicina pode ser analisado a partir de duas perspectivas complementares: seja como absorção das funções da medicina pelo Estado – e então poderíamos falar de uma estatização da medicina –, seja, no sentido inverso, como processo de formação da autoridade medical, mediante o qual o médico adquire, nas relações de poder que atravessam o tecido social, uma posição de destaque, uma autoridade política.

Em uma sociedade normalizada que é, cada vez mais, regida não pela norma jurídica, pela lei, mas pela norma de tipo medical, pelo recorte entre o normal e o anormal, o médico exerce um papel político importante.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e pelo corpo. Para a sociedade capitalista é o biopolítico que importava acima de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica.⁴

Nesse contexto, a biopolítica são as práticas pelas quais a sociedade capitalista buscou regular a saúde da população. As práticas pelas quais a saúde passou a fazer parte das tarefas do Estado.

Foucault defende a tese de que a saúde pública não é um fenômeno oposto aos interesses da burguesia. O aburguesamento da medicina não é a individualização da medicina, a invenção do consultório privado. Pelo contrário, ele procura mostrar que a medicina social acompanhou, desde o século XVIII, a consolidação do capitalismo.

O capitalismo encontrou na saúde das populações um lugar de apoio, de suporte, de reforço dos seus mecanismos de poder. A medicina social, a medicina de Estado, a medicina urbana, a higiene pública, a medicalização intensa e compulsória da vida, se tornaram estratégias para o controle social.

⁴ [FOUCAULT, 2001b, p. 209]. Esta é, a nosso saber, a primeira ocorrência pública do termo 'biopolítica' – uma série de conferências proferidas por Foucault sobre medicina social, em 1974, no Rio de Janeiro. Conferir também os seguintes textos: [FOUCAULT, 2001a] e [2001c].

Anteriormente, a intervenção medical ocorria segundo duas condições: o fato da doença e a solicitação do paciente. A consolidação do poder medical desconsidera essas duas condições. Trata-se não apenas da doença, mas também da saúde, com ou sem a solicitação do paciente. O médico se faz presente em âmbitos que eram, em princípio, externos à medicina: a escola, o tribunal, a empresa.

A medicalização da vida implica uma redução da autonomia individual. O poder medical torna-se o senhor da doença e da saúde. A saúde e a vida, desde antes do nascimento até o último momento da morte, tornam-se objetos de uma regularização medical compulsória.

A intervenção medical na vida não ocorre sem riscos: a iatrogenia negativa, derivada dos erros e da negligência medical, e a positiva, as doenças e os efeitos colaterais, cuja origem é o próprio tratamento medical. Além disso, há os riscos da manipulação genética. A medicalização intensiva da sociedade tem efeitos imprevisíveis sobre o desenrolar da bio-história, da história da humanidade enquanto espécie biológica.

Do ponto de vista econômico, os corpos entram no mercado, não só como força de trabalho, mas como consumidores de saúde. A saúde se torna mercadoria. A indústria farmacêutica e a indústria de exames diagnósticos registram enorme lucratividade, e consomem largas parcelas do investimento público, sem que haja, na mesma proporção, melhorias no estado geral da saúde.

O poder medical é um aspecto da configuração política geral, resultante do jogo das diferentes forças ativas, numa dada sociedade. Compõem o poder medical, além dos médicos e dos seus pacientes, os serviços e departamentos de saúde dos Estados, os departamentos de obras públicas, as empreiteiras privadas, as diferentes classes econômicas, os hospitais, as universidades, os centros de formação técnico-medical, a indústria do diagnóstico, a indústria farmacêutica.

O poder medical não pertence ao médico; pelo contrário, ele o agencia, o põe em jogo, o instrumentaliza. Para tanto, ao médico é atribuída a autoridade política para configurar o meio urbano, abrir avenidas, derrubar as construções nas encostas, estabelecer os planos de abastecimento de água, controlar e determinar a localização de acúmulo de dejetos, dos miasmas, dos eflúvios insalubres. O controle funcional e administrativo dos hospitais torna-se sua incumbência. Ao médico cabe traçar as políticas de saúde, que envolvem a nutrição, a natalidade, a vigilância da morbidade. Em nome da

saúde e da vida, o médico passa a dispor da autoridade política necessária para exercer sobre a população uma série de intervenções higienizadoras e imunizadoras.

Segundo confronto: a biopolítica e a guerra

Foucault avança em suas análises acerca do poder sobre a vida, motivado pelo que ele chama de doenças do poder. O que foram o nazismo e o stalinismo? E é aí que entra a reflexão acerca da relação da guerra com a política. “ O que é este poder, cuja irrupção, a força, o absurdo apareceram concretamente no curso desses últimos quarenta anos, ao mesmo tempo, na linha de queda do nazismo e na linha de recuo do stalinismo?”⁵

Como pensar o direito de matar, de fazer a guerra, de exterminar a vida de milhões de pessoas, que se outorgaram esses regimes políticos, dentro e fora dos limites de seus territórios? Justamente esses regimes que, paradoxalmente, se constituíram a partir da preocupação com a vida das populações. Como explicar o acontecimento do nazismo e do stalinismo? Como explicar as democracias ocidentais armadas até os dentes? Afinal, qual será a linha comum que permitiria apontar, como para pontos de uma mesma série, para os diferentes regimes políticos do século XX? E desde onde provém essa linha? Como ela se articulou na história? Será possível, pela guerra, decifrar o funcionamento dos mecanismos de poder em jogo na sociedade? As coisas da política se tornam mais compreensíveis, se por baixo da aparente paz social, somos capazes de ouvir os ruídos de uma batalha contínua?

Para o discurso filosófico-jurídico, para a concepção liberal do poder, política e guerra estão em relação de exterioridade. A sociedade política estabelece e garante a paz social. Com a política, termina a guerra de todos contra todos. A guerra é pensada apenas como um recurso político, uma decisão política, uma continuação da política por outros meios.

A contrapelo desse discurso político-jurídico da paz social, Foucault traça o percurso de uma outra discursividade, para a qual, ao contrário do que estabelece a concepção jurídica, a política é uma continuação da guerra, a política se funda na guerra.

Esse é o discurso histórico-político da luta de raças, que durante os séculos XVII e XVIII, na Europa, trabalhava com a tese da divisão da sociedade em duas raças em conflito. A atualidade social e política seria a posição momentânea assumida pela batalha

⁵ [FOUCAULT, 1997, p. 13].

contínua entre duas raças inimigas que, a partir de uma invasão originária, se enfrentam ao longo da história. Esse é o discurso que aristocratas e reis lançam uns contra os outros, nas suas disputas de poder.

Com a hegemonia burguesa, no século XIX, o discurso da luta de raças se esgota. Nesse modo de contar a história, de entender a política, a burguesia era a raça não guerreira, e tinha pouco a se vangloriar. A partir daí, no século XIX, a noção de luta de raças sofre uma bifurcação, e segue dois caminhos.

Por um lado, a luta de raças é reelaborada como luta de classes. Para os analistas burgueses da pós-revolução francesa, o que era um conflito bélico entre raças, se torna um conflito civil entre classes econômicas. Na seqüência, o operador 'luta de classes', nós sabemos, vai ser um operador central para o marxismo.

Por outro lado, a luta de raças conduz ao racismo de Estado. A raça, originariamente ligada a tradições, torna-se uma noção biológica. A sociologia incorpora os conceitos da biologia darwinista. Faz-se a leitura da sociedade a partir dos operadores da seleção natural, da hereditariedade, da adaptação ao meio natural, da luta pela vida. É a sobrevivência dos mais aptos que faz a sociedade evoluir. Isso é o darwinismo social. A sociedade é compreendida como uma resultante do conflito entre indivíduos e grupos, em luta pela vida. No viés liberal, a luta pela sobrevivência deve ser livre de intervenções, para que os mais fortes triunfem. No viés intervencionista, a partir da correlação estabelecida entre o anormal e o criminoso, entre a degenerescência e a hereditariedade, o Estado, no século XIX, busca exercer um papel positivo no mecanismo sócio-biológico. Em defesa da sociedade, cabe ao Estado purificar a raça, identificar, filtrar, excluir os elementos anormais e degenerados.

O nazismo e o stalinismo podem ser interpretados não exatamente como continuações, mas como transformações desses dois operadores do século XIX: o 'racismo de Estado' e a 'luta de classes', os quais, por sua vez, como vimos, derivam da idéia de uma luta de raças.

O nazismo, pode-se dizer, foi o paroxismo da biopolítica. Nunca a vida e o patrimônio biológico da população estiveram tão claramente no centro da atividade política. Mas se a biopolítica é o poder e o direito de fazer viver, como entender, por exemplo, que o nazismo possa ter feito morrer tantas pessoas? Como a biopolítica, que é

propriamente um regime de promoção da vida, pôde, no nazismo, exercer o direito de fazer morrer?

Nisso, o racismo tem um papel fundamental. O racismo rompe a homogeneidade da população, e a sociedade é percebida como uma mistura de raças em guerra intestina. Não contida, mas promovida, a guerra se torna um instrumento da política não para salvar, mas para implementar a vida. No nazismo, a guerra explica a política, e a política tem como fim a guerra.

O poder sobre a vida, para implementar a vida, leva à guerra por dois motivos. Por um lado, a guerra interna deve purificar a raça, eliminando as causas de sua degenerescência, os anormais e as raças inferiores. Por outro, a guerra externa deve expor os elementos da própria raça ao fogo depurador da guerra. Para o nazismo somente a guerra externa, levada às últimas conseqüências inclusive para o povo alemão, podia eliminar os mais fracos disseminados na própria raça.

No stalinismo, a transformação biológica do operador 'luta de classes' foi mais sutil. O tema da luta de classes foi tratado, pelo regime soviético stalinista, ao modo de uma luta de raças. Os grandes expurgos visavam à purificação da classe. O inimigo de classe foi tratado como perigo biológico, como inimigo da raça. O inimigo político era considerado anormal, desviante, louco.

A suposta exterioridade entre sexualidade e política

A terceira formulação da biopolítica faz a descrição das relações estabelecidas, ao longo dos últimos séculos, entre política e sexualidade. Nessa terceira formulação, a biopolítica encontra na sexualidade dos indivíduos – sexualidade que a própria biopolítica induz, incita, produz –, um suporte de regulação da população. O dispositivo de sexualidade e os mecanismos de sexualização, cujas técnicas remontam, em parte, à direção de consciência da pastoral cristã, no século XVI, e são deslocadas progressivamente, tornando-se mais complexas, para as instituições pedagógicas, para a família burguesa e, finalmente, para toda a sociedade, constituem um dos principais instrumentos políticos de regulação das populações.

Não se deve descrever a sexualidade como um espasmo renitente, estrangeiro por natureza e indócil por necessidade a um poder que, de seu lado, se esgota a submetê-lo e freqüentemente falha em controlá-lo inteiramente. Ela aparece antes como um ponto de passagem particularmente denso para as relações de poder: entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e progenitura, entre

educadores e alunos, entre padres e leigos, entre uma administração e uma população.⁶

Foucault se bate contra o que ele chama de 'hipótese repressiva'. Essa idéia avançada pelos freudo-marxistas de que a repressão sexual foi a condição de possibilidade do capitalismo. Segundo a hipótese repressiva, a única função que o sexo pode ter, no capitalismo, é a de reprodução da força de trabalho.

Duas conseqüências dessa hipótese seriam: a injunção ao silêncio sobre o sexo e a restrição da manifestação sexual ao casal legítimo, heterossexual e monogâmico. Então, de certa forma, para começar a revolução, bastava romper essas duas interdições: e falar sobre o sexo, e experimentar as formas não conjugais, supostamente autênticas, da sua própria sexualidade. Foucault procura desconstruir esses dois mitos.

Desde o início, o capitalismo não exigiu o silêncio sobre o sexo, muito pelo contrário, nos obrigou a tudo dizer sobre o sexo. Desde o século XVII, as tentações da carne se tornaram centrais nas confissões religiosas. A partir do século XVIII, a sexualidade infantil aparece na arquitetura e nos regulamentos das escolas. Desde as políticas mercantilistas, as instituições do Estado se interessaram e discursaram sobre o sexo da população. Desde Sade, a sexualidade está explícita na literatura escandalosa. Também nos meios científicos, na medicina dos nervos, na psiquiatria, proliferaram os discursos acerca da sexualidade.

Por outro lado, a sociedade burguesa multiplicou as formas de manifestação extra-conjugal da sexualidade, instaurando e provocando uma série de perversidades, aberrações, desvios sexuais, pela saturação sexual da família, das escolas, das diversas relações sociais. Saturadas sexualmente, essas instâncias se tornam ambientes propícios para a eclosão de uma sexualidade indisciplinada, monstruosa, anormal.

O dispositivo de sexualidade é o mecanismo de poder que encontra nas perversões o sustento do seu aprofundamento. A deflagração de um estado latente de sexualidade aberrante permite estabelecer os pontos aos quais o poder se agarra, para controlar a sociedade e os comportamentos individuais.

Foucault enumera quatro mecanismos de sexualização: a criança onanista, a mulher nervosa, o perverso sexual e a socialização do sexo. De início, esses mecanismos não incidiram, como meio de dominação, sobre a classe trabalhadora, mas foram

⁶ [FOUCAULT, 1976, p. 136].

de segurança'. [...] O que o Estado propõe como pacto à população é: 'Vocês estarão garantidos'. Garantidos contra tudo o que pode ser incerteza, acidente, dano, risco."⁷

O Estado toma para si a responsabilidade de organizar uma série de mecanismos capazes de reduzir as ocorrências danosas ocasionais e controlar seus efeitos – entre eles estão, além dos tradicionais mecanismos de segurança militar e jurídica, os mecanismos de segurança social, seguro-saúde, seguro-desemprego, fundos de solidariedade, vigilância policial, prevenção da criminalidade. Trata-se de desenvolver os mecanismos capazes de apreender e regularizar os eventos aleatórios que, de algum modo, ameaçam a segurança de uma população.

A segurança envolve tudo aquilo que representa um perigo, uma ameaça à vida. A lista de inimigos públicos é longa: as doenças, a violência, os acidentes de trânsito, o colesterol, o câncer, as epidemias, a bomba atômica, o terrorismo, os estrangeiros, a degradação ambiental, a velhice, o desemprego.

O sentimento de desamparo e o medo tornaram-se importantes para o funcionamento das democracias liberais no Ocidente. A relação entre Estado e população se dá mediante um pacto de segurança – “deixem-se governar, vocês estarão garantidos”. Garantidos contra toda incerteza e acidente. A biopolítica – o exercício do poder pelo Estado como cuidado com a vida da população, frente à virtualidade dos perigos que constantemente a ameaçam – é a modalidade contemporânea da função política.

Para mostrar que cumpre o pacto, o Estado deve dar provas espetaculares de que, em caso de perigo, pode agir rapidamente e colocar a segurança acima da lei e do estado de direito. E isso não é visto pela população como uma arbitrariedade ou um abuso de poder, mas como uma disposição solícita do Estado para cumprir seu papel.

O dispositivo de segurança é resultado da incorporação paulatina, pelo Estado, desde o século XVII, de técnicas de obediência desenvolvidas num domínio alheio ao do Estado. O Estado incorpora as técnicas pertinentes ao poder pastoral, as quais regulavam os compromissos de abades e monges, em congregações religiosas, desde os primeiros séculos do cristianismo. Mesmo o termo 'governo', antes de seu uso político, já era pertinente ao poder pastoral, entendido como direção de consciência, como governo das almas.

⁷ [FOUCAULT, 2001d, p. 385].

Três traços seriam suficientes para caracterizar a analogia entre o abade, que dirige as consciências e governa as almas dos iniciados, no exercício do poder religioso nos mosteiros, e o pastor de ovelhas. Primeiro, o próprio tema do pastor, ao qual o rebanho deve sua existência como grupo, sem o qual o rebanho se dispersa e se perde. O poder do pastor se exerce sobre uma multiplicidade, dando-lhe a configuração de rebanho. Não há rebanho sem pastor, como não há congregação religiosa sem abade. Segundo, o poder do pastor é um poder benfazejo. Com toda paciência, sabedoria e diligência, o pastor visa ao bem do rebanho, provê o necessário à subsistência de todos. O pastor de ovelhas as guia para um objetivo. O pastor cristão conduz o rebanho de fiéis à salvação. Terceiro, o exercício do poder pastoral é um dever, mais do que um privilégio. O pastor está a serviço de seu rebanho, seu cuidado é dirigido às ovelhas e não a si mesmo. A salvação do abade está atrelada à salvação de cada um dos monges. “[O pastado] é uma arte de governar os homens, e é deste lado que é preciso buscar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário desta governamentalidade, cuja entrada na política marca, no final do XVI, nos séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno⁸”.

A partir do século XVI, ao longo do processo de configuração do Estado laico moderno, os elementos do poder pastoral, tipicamente cristão, serão absorvidos pela função de governo. O rebanho transfigura-se em população. A salvação eterna torna-se segurança em vida. A segurança é a promessa que o Estado faz à população, quando se põe a seu serviço.

Quinto confronto: política e economia.

“Somente uma vez que soubermos o que foi esse regime governamental chamado liberalismo, é que poderemos apreender o que é a biopolítica. [...] Estudar o liberalismo como quadro geral da biopolítica.”⁹

Em meados do século XVIII, o liberalismo dá uma nova resposta à questão do limite da intensidade do governo. Até que ponto o Estado pode e deve governar a

⁸ [FOUCAULT, 2004a, p. 169]. Acerca do poder pastoral, cf. [FOUCAULT, 2004a, pp. 128-132]. Destacamos aqui apenas os aspectos totalizantes do poder pastoral, correspondentes à biopolítica. Contudo, o poder pastoral possui também aspectos individualizantes, característicos do poder disciplinar. O cuidado do pastor tem como objeto o rebanho como um todo e, ao mesmo tempo, cada uma das ovelhas isoladamente. Os aspectos individualizantes e totalizantes do poder pastoral perfazem, na sua transformação moderna, o que Foucault chama de ‘biopoder’.

⁹ [FOUCAULT, 2004b, p. 24].

população e os indivíduos? Com o liberalismo é a economia política que vai passar a estabelecer o limite da intervenção governamental.

Para a economia política, a mecânica dos interesses egoístas é de tal sorte que, livres para se manifestarem, deixados a si mesmos, esses interesses privados são dirigidos por uma “mão invisível”, e vão se articular uns aos outros para o bem do interesse coletivo. Quanto menor for a intervenção na economia, melhor.

O bom funcionamento do mercado desqualifica a possibilidade de um soberano econômico. A economia é o domínio que deve permanecer sem rei. O *homo oeconomicus* do liberalismo clássico não pode ser governado, governado ele se desregula.

Nesse contexto, Foucault apresenta o pensamento neoliberal como uma radicalização do liberalismo. O *homo oeconomicus* neoliberal não é o mero sujeito de interesses liberal, mas o ser humano empreendedor.

Somente num meio ambiente de concorrência acirrada, a racionalidade do *homo oeconomicus* é estimulada ao máximo. O que resulta em benefício para toda a sociedade.

Para fazer funcionar a concorrência, como fundamento do aprimoramento da humanidade, da tecnologia e da cultura, e a competitividade de mercado, como princípio regulador de todas as relações sociais, são necessários não o bloqueio e a inatividade do Estado, mas ações concretas de governo.

Cabe ao governo neoliberal criar as condições jurídicas e tecnológicas para que os diversos setores sociais alienados dos princípios de regulação de mercado possam funcionar como domínios econômicos efetivos, abertos à concorrência.

O princípio de regulação próprio ao mercado, que premia a eficácia produtiva, o dinamismo, a inovação, que desqualifica a acomodação, os erros de investimento, os desperdícios, que transfere os recursos financeiros e humanos para os setores mais performáticos, na lógica neoliberal, deve cobrir toda a sociedade e todas as relações sociais.

Para tanto, o Estado deve produzir as condições para que todos os agentes sociais passem a funcionar como agentes econômicos, como empresas, num ambiente de concorrência, em que o jogo estratégico persiga a lógica empresarial.

Resguardado o cumprimento da lei, o mercado e a racionalidade econômica devem funcionar como motores das relações sociais e dos comportamentos individuais.

A identificação sem restos do comportamento humano com o comportamento econômico, a utilização da lógica de mercado como princípio de inteligibilidade de todo e qualquer comportamento social, conduz uma vertente do neoliberalismo, talvez a mais radical, na direção de um behaviorismo econômico, segundo o qual o comportamento individual é controlável a partir da manipulação das variáveis econômicas.

O *homo oeconomicus* é aquele indivíduo, considerado normal, que aceita regular suas ações em função das possibilidades que lhe são ofertadas pela realidade, fundamentalmente econômica.

Se o *homo oeconomicus* liberal era ingovernável, o *homo oeconomicus* neoliberal é o ser humano governável, desde que o governo utilize e manipule corretamente as variáveis econômicas.

Governar a população é fazer com que todo fenômeno social seja também uma atividade econômica. Para que não haja diferenças entre governados e população, para que não haja o ingovernável, não deve haver diferenças entre sociedade e mercado, tudo deve se tornar mercado.

As duas figuras da biopolítica

Até este ponto, fizemos uma breve descrição de cada uma das cinco biopolíticas: o poder medical, o dispositivo da raça e da guerra, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança e a governamentalidade econômica. Agora precisamos ver mais de perto o funcionamento da biopolítica como tecnologia de poder.

Esse mecanismo envolve duas figuras: uma multiplicidade e um meio. As biopolíticas desenham o contorno dessas duas figuras, e agenciam politicamente as suas relações de causa e efeito.

Primeiro, a figura da multiplicidade. A população é uma multiplicidade que reúne singularidades que são, em si mesmas, aleatórias, imprevisíveis, incontrolláveis.

Ora, no seu funcionamento biopolítico, essa multiplicidade não é a simples reunião de individualidades avulsas. Na constituição da população, entra em jogo um princípio que dá fundamento a essa reunião. Esse princípio funciona como princípio de inteligibilidade da população. Ele confere sentido e coerência ao agrupamento das singularidades numa multiplicidade.

[A partir do século XVIII, a população] vai deixar de aparecer como uma coleção de sujeitos de direito, como uma coleção de vontades submetidas, que devem

obedecer à vontade do soberano, por intermédio de leis, decretos etc. Ela vai ser considerada como um conjunto de processos que é preciso gerir no que eles têm de natural e a partir do que eles têm de natural.¹⁰

O princípio de reunião, que permite totalizar os indivíduos em população, não é simplesmente um artifício, ele remete à sua naturalidade: vigor físico, patrimônio genético hereditário, sexo e prazer, sentimento de desamparo, interesse econômico. Estas são as naturalidades comuns às singularidades aleatórias, que são articuladas na formação de um conjunto natural como a população.

Mas as formas dessas naturalidades, relativas aos cinco domínios – saúde medicalizada, raça purificada, sexualidade, segurança, ordem econômica –, aparentemente exteriores e independentes da política, surgem, na sua genealogia, na análise do processo de formação dos dispositivos biopolíticos, se não como efeitos puros, pelo menos, como indissociáveis de seus agenciamentos políticos.

Esse princípio de reunião de singularidades numa multiplicidade funciona também como princípio de operacionalidade. É mediante o seu agenciamento que o múltiplo pode ser governado enquanto múltiplo.

As naturalidades não formatadas, constituintes da natureza humana, são como materialidades que só recebem sua forma no seio dos dispositivos biopolíticos. Assim, é na biopolítica que o sexo e o prazer se tornam sexualidade, que o genético e o biológico se tornam o patrimônio de uma raça. É no poder medical que o corpo se torna saúde ou doença. É no dispositivo de segurança que o desamparo se faz governamental. É na governamentalidade neoliberal que qualquer desejo se torna interesse econômico.

A biopolítica é uma tecnologia de poder que se interessa pelo coletivo, ela só alcança a singularidade figurada estatisticamente. A estatística é a ferramenta que permite apreender, mas apenas em termos de probabilidade, o comportamento individual.

A população é uma entidade inteligível e operável, que pode ser conhecida e governada, não no seu detalhe, não no nível das singularidades, mas no plano da integral dos comportamentos. As singularidades aleatórias, as vidas individuais, desaparecem sob as curvas estatísticas de distribuição dos casos. Os comportamentos individuais anômalos são desconsiderados e até mesmo tolerados dentro de certos limites. Importa

¹⁰ [FOUCAULT, 2004a, p. 72].

apenas o desenho da curva estatística, a média, o desvio padrão e a margem de erro da apreensão.

Com certeza, sem a concepção de uma materialidade comum às singularidades, essa margem de erro seria próxima a 100%. Quanto mais efetivo for o caráter comum dessa materialidade, isto é, quanto mais relevante e constituída for a inteligência e a operação de algo comum às singularidades aleatórias, menor será a margem de erro de sua apreensão num todo normalizado.

A primeira figura da biopolítica é essa multiplicidade de singularidades aleatórias, reunidas mediante um princípio material, e apreendidas estatisticamente. A segunda figura da biopolítica é o meio. “O meio, o que é isso? É o que se faz necessário para dar conta da ação à distância de um corpo sobre outro. É então o suporte e o elemento de circulação de uma ação. Então, é o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio.”¹¹

O meio é o espaço de circulação das singularidades aleatórias. É seu suporte ontológico e o canal que viabiliza e intermedia as relações entre essas singularidades.

A multiplicidade está em estreita relação com a configuração do meio. De tal forma, que variações no meio causam variações na figura da multiplicidade.

Isso permite aos mecanismos de poder biopolíticos uma operação menos desgastante. Ao invés de agir diretamente sobre os indivíduos, a relação de causalidade entre meio e multiplicidade permite à biopolítica agir sobre o meio, para obter um determinado efeito sobre a totalização das singularidades.

A tecnologia propriamente biopolítica é o mecanismo de poder que desenvolve os instrumentos prático-discursivos para agenciar a vida da espécie humana, não por uma ação direta sobre o corpo de cada um dos seus elementos, não por uma intervenção imediata sobre as vidas individuais, mas por uma ação sobre as variáveis ambientais que condicionam a vida do múltiplo enquanto múltiplo.

Dessa maneira, a biopolítica, no tocante à saúde da população, age sobre o planejamento espacial dos diversos aparelhos urbanos, a renovação do ar, as canalizações de água e esgoto, a localização de cemitérios, abatedouros e hospitais. A raça superior, por sua vez, precisa se desvincular do meio biológico degenerado que as raças inferiores constituem. No modelo econômico, o mercado é o meio. A

¹¹ [FOUCAULT, 2004a, p. 22].

governamentalidade neoliberal apreende o indivíduo apenas no nível do coletivo, mediante as técnicas que desenvolve para a configuração das condições do mercado, do meio econômico em que se insere a população.

A ação biopolítica manipula as variáveis do meio de modo a atingir a situação de população mais favorável ao regime político, ou seja, a situação de menor tensão, de menor resistência. A situação ideal é a homeostasia, em que os desvios em relação à média são automaticamente compensados, por processos inerentes à relação entre a população e o meio, mantendo-se com isso o equilíbrio visado.

Em seu funcionamento, as biopolíticas produzem o sujeito biopolítico, a população, segundo três linhas de força, congruentes, simultâneas e articuladas em torno de uma materialidade específica.

Em uma primeira linha de força, o sujeito biopolítico é o assunto de um discurso científico, de um modo de objetivação do ser humano. A cada uma das cinco biopolíticas corresponde um campo científico, um modo específico de objetivação do ser humano, que o naturaliza, que faz do ser humano um ser natural.

A saúde é objeto para a medicina. A luta de raças é objeto para o darwinismo social. A sexualidade é objeto para o conjunto da *scientia sexualis*. A carência de cuidados é objeto para a arte de governar um rebanho. O jogo econômico de necessidades e satisfações, por sua vez, é objeto para as ciências econômicas.

Cada um desses aspectos da vida humana é pertinente a um modo de objetivação, ao qual se articula uma segunda linha de força constituinte do sujeito biopolítico, o modo de assujeitamento, o modo pelo qual a população se submete aos dispositivos de poder.

Saúde, raça, sexualidade, desamparo e economicidade são, respectivamente, os princípios de operacionalidade que tornam possíveis os vários modos de assujeitamento das populações, os arranjos e exercícios do poder, segundo as distintas formulações biopolíticas: o poder medical, o poder purificador da raça, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança, a governamentalidade econômica.

Além do modo de objetivação e do modo de assujeitamento, o funcionamento do mecanismo biopolítico produz seu sujeito segundo uma terceira linha de força, o modo de subjetivação.

O sujeito biopolítico é propriamente um sujeito coletivo, a população. A população, por sua vez, é composta de singularidades que compõem um todo coeso, mas apenas na

medida em que se representam como parte desse todo. Na biopolítica, a forma da referência de si a si, a autocompreensão, pela qual a subjetividade individual se constitui, é sempre atravessada pelo modo de subjetivação coletiva, isto é, a forma da referência de um *si* a um *nós*. O que possibilita isso são os processos que mobilizam a opinião pública, que conduzem à identificação dos indivíduos com o modelo antropológico tornado objetivo e operado nos mecanismos de poder biopolíticos, o modelo do indivíduo saudável ou doente, pertencente à raça pura ou à impura, de sexualidade sublimada ou perversa, o modelo de ser humano seguro ou inseguro, o modelo econômico e empreendedor ou anti-econômico e irracional.

Os seres humanos reunidos em população estão sujeitos às malhas do poder medical, porque se representam como sujeitos de um organismo, porque se consideram normais ou anormais, porque agem eles mesmos enquanto tais. Ao dispositivo de sexualidade corresponde o sujeito de seu sexo; é enquanto *homo sexualis*, que o ser humano se sujeita a tal dispositivo. Enquanto compreende a si mesmo como *homo oeconomicus*, o indivíduo se sujeita à governamentalidade econômica. Enquanto se sente desamparado e se compreende como ovelha em perigo, incapaz de governar a si mesmo, o indivíduo se totaliza em população governável, correlato do dispositivo de segurança. Enquanto se considera elemento de uma raça, ele luta por sua sobrevivência, assujeita-se ao poder que faz a guerra.

O sujeito biopolítico – que é, ao mesmo tempo, segundo as três linhas de força, assunto de saber, efeito de poder e índice de interioridade – é o sujeito de um corpo vivo, que se representa sua própria vida atrelada a aspectos naturais de seu corpo, aspectos supostamente incontornáveis. O sujeito biopolítico é o ser humano tal qual ele surge do cruzamento, da congruência, desses três modos de produção do sujeito: o modo de objetivação, o modo de assujeitamento, o modo de subjetivação.

Para concluir nos resta responder ao desdobramento de nossa questão inicial: afinal, as cinco formulações são aspectos de uma única e mesma biopolítica, ou são como diferentes partes que compõem um todo?

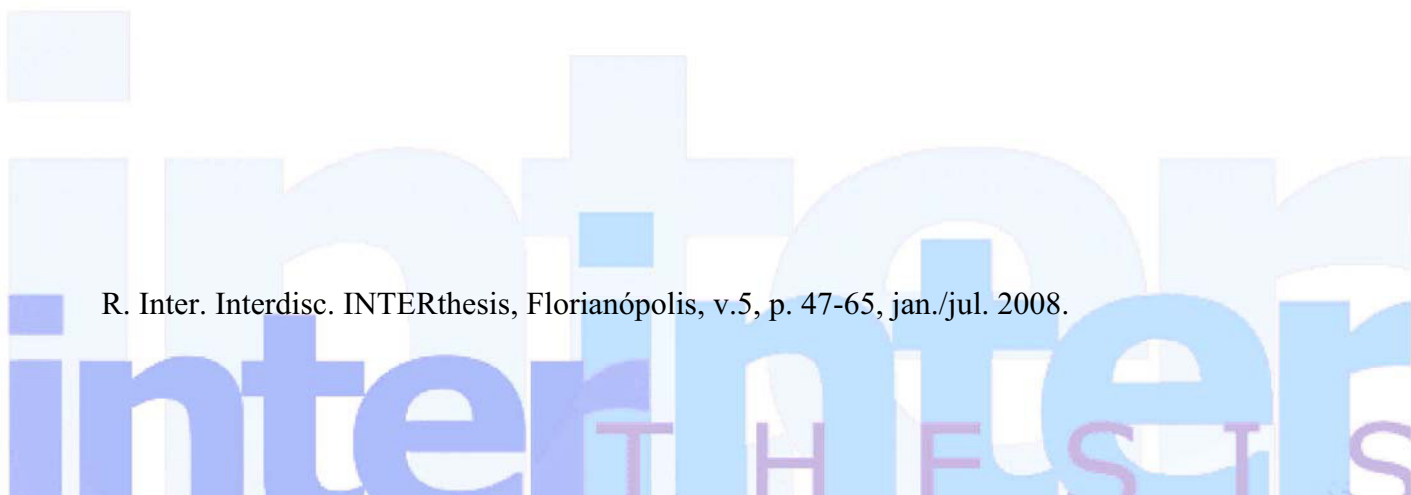
Ora, as cinco biopolíticas diferem entre si justamente por aquilo que se apresenta como matéria para seu poder: a saúde, a raça, o sexo, o espírito de rebanho, o comportamento econômico.

Por outro lado, as cinco biopolíticas não necessariamente se coordenam umas às outras para formar um todo. A biopolítica não é algo completo, do qual fazem parte as suas cinco configurações. Nossas sociedades são atravessadas por diferentes mecanismos biopolíticos de poder, talvez até mesmo por todos os cinco, mas a ausência eventual de um ou mais deles não deixam incompleto o todo resultante.

As cinco 'biopolíticas' não são nomes diferentes para uma mesma coisa, cada uma refere a uma prática-discursiva peculiar. Tampouco são como partes independentes de um todo, cada uma é em si mesma um todo completo. Os diferentes mecanismos biopolíticos se somam, mas não como quantidades que se acumulam. Esses mecanismos se somam, atravessando-se e permeando-se uns aos outros.

Cada uma das cinco configurações é dita 'biopolítica', porque todas elas são resultantes da aplicação do mesmo mecanismo formal, que apreende, como população em relação com o meio, uma multiplicidade de seres humanos, ao rebater essa multiplicidade a uma naturalidade comum à vida de todos. É por aplicarem a mesma forma de tecnologia, que os cinco dispositivos podem ser agrupados, num só conjunto.

A biopolítica, portanto, tem cinco formulações, cinco realidades diferentes, mas uma só forma. A biopolítica é, ao mesmo tempo, cinco e uma. Cinco, porque a matéria que está em jogo em cada uma delas é distinta da outra. Uma, porque cada uma delas opera sua materialidade segundo a mesma tecnologia de poder.



REFERÊNCIAS

- ESPOSITO, R.(2004) *Bíos: Biopolítica e filosofia*. Torino: Einaudi.
- FOUCAULT, M. (2004a) *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Seuil/Gallimard.
- FOUCAULT, M (2004b) *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Seuil/Gallimard.
- FOUCAULT, M. (2001a) Crise de la médecine ou crise de l'antimédecine. *Texto 170. In: Dits et écrits*. Vol. II. 1976-1988. Paris: Quarto Gallimard (40-58).
- FOUCAULT, M (2001b) La naissance de la médecine social. *Texto 196. In: Dits et écrits*. Vol. II. 1976-1988. Paris: Quarto Gallimard, (207-228).
- FOUCAULT, M (2001c) L'incorporation de l'hôpital dans la technologie moderne. *Texto 229. In: Dits et écrits*. Vol. II. 1976-1988. Paris: Quarto Gallimard (508-521).
- FOUCAULT, M (2001d) Michel Foucault: la sécurité et l'État. *Texto 213. In: Dits et écrits*. Vol. II. 1976-1988. Paris: Quarto Gallimard (383-388).
- FOUCAULT, M (1997) *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Seuil/Gallimard.
- FOUCAULT, M (1976) *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.

Artigo recebido em 26 de maio de 2008.

Artigo aceito em 30 de junho de 2008

